

## APROXIMAÇÃO AO CONVENTO DO MOSTEIRO DA SANTA TRINDADE DE SANTARÉM (1208-1500)

ISABEL BRANQUINHO \*

A Ordem da Santíssima Trindade foi fundada em França, nos finais do século XII, por S. João da Mata, com o fim de propagar a devoção a Deus Uno e Trino e redimir cativos cristãos. Em 1198, Inocêncio III aprovou-a, com regra própria, pela Bula *Operante Divinae Dispositionis* <sup>1</sup>.

Quanto à sua instalação em Portugal, rezam as crónicas, algo titubeantes no que à cronologia e factos se refere, que os primeiros trinitários se fixaram em Santarém <sup>2</sup> pelo ano de 1207, por aí se terem dirigido à presença de Sancho I, depois de aportarem a Lisboa, ao cabo de uma viagem algo atribulada <sup>3</sup>. Aponta-se comumente o ano de 1208 como data provável da

---

\* Mestre em História Medieval pela FCSH da UNL. Doutoranda pela mesma Universidade.

<sup>1</sup> Giulio CIPOLLONE, *Cristianità-Islam Cattività e Liberazione in Nome de Dio: il Tempo di Innocenzo III, dopo 'il 1187'*, vol. 60 de *Miscellanea Historiae Pontificiae*, Roma, 1992, pp. 393-425; Ignacio VIZCARGÜENAGA, "Los Orígenes de la Ordem Trinitaria", *Actas del I Encuentro Trinitario-Mercedario, Madrid, 7-9 de septiembre de 1988*, Madrid, [s. ed.], 1989, pp. 14-35. A bula referida encontra-se publicada em *Bulário Português. Inocêncio III (1198-1216)*, ed. por Avelino de Jesus da COSTA e Maria Alegria Fernandes MARQUES, Coimbra, INIC, 1989, pp. 45-50, e a sua tradução em Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Entre a Cristandade e o Islão (Séculos XV-XVII). Cativos e Renegados nas Franjas de Duas Sociedades em Confronto*, Ceuta, Instituto de Estudos Ceutíes, 1998, pp. 249-251. Uma listagem de fontes documentais e estudos sobre os primeiros passos da Ordem pode ver-se em Ignacio VIZCARGÜENAGA, "Los Orígenes de la Ordem Trinitaria", pp. 9-14.

<sup>2</sup> Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade*, tomo I, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, pp. 122-125.

<sup>3</sup> Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade*, tomo I, pp. 119-122.

fundação do mosteiro escalabitano e, ao que parece, também do início da construção de um primeiro edifício para albergar os frades <sup>4</sup>.

---

Não são muitos os estudos recentes que se dediquem de forma significativa à vida desta Ordem em Portugal durante a Idade Média. Boa parte incide na sua vertente apostólica de Redenção de Cativos. Tal é o caso dos trabalhos de Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, “O Resgate de Cativos nos Reinos de Portugal e Algarve (Século XII-XV)”, *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1989, pp. 273-282; de Giulio CIPOLLONE, “Il Portogallo Punto Strategico dell’Opera di Riscatto dei Trinitari (XIII-XV)”, *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, Actas, vol. 5, Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 589-603 e “Missione Parola Polivalente. I Trinitari in Portogallo; Missione come Liberazione”, *Congresso Internacional de História Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Actas, vol. III, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 441-453; de Edite Maria da Conceição Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate de Cativos em Portugal. Sua Estrutura e Evolução no Século XV*, 2 vols., Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994 e de Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Entre a Cristandade e o Islão (Séculos XV-XVII). Cativos e Renegados nas Franjas de Duas Sociedades em Confronto*.

A produção literária do ramo português da Ordem é tratada por Francisco Álvaro Loureiro da SILVA, *Bibliografia dos Autores Trinitários Portugueses*, Dissertação de Mestrado em História da Cultura Portuguesa (Época Moderna) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1996.

No referente a estudos que foquem aspectos da administração do património imobiliário de mosteiros trinitários, pode consultar-se Edite Martins ALBERTO, *A Quinta da Trindade. História da Ordem da Santíssima Trindade no Seixal*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1999 e Isabel BRANQUINHO, *O Mosteiro da Santíssima Trindade de Santarém: Propriedade e Gestão (Séculos XIII-XV)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

Ivo Carneiro de Sousa tratou sumariamente a comunidade monástica da Trindade de Lisboa entre 1458 e 1525, tentando averiguar a possibilidade de frei Miguel Contreiras ter integrado a mesma (Ivo Carneiro de SOUSA, *A Rainha da Misericórdia na História da Espiritualidade em Portugal na Época do Renascimento*, tomo II, Dissertação de Doutoramento em Cultura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1992, pp. 965-991).

<sup>4</sup> De acordo com a “Primeira Parte da Crónica da Sagrada Ordem da Santíssima Trindade da Redenção de Cativos da Província de Portugal”, datável da primeira metade do século XVII (T.T., *Manuscritos da Livraria*, nº 862, fl. 175 vº), ter-se-iam iniciado as obras pelos começos de 1208, ou, a fazer fé em fr. Jerónimo, em Setembro do mesmo ano, tal como constaria de uma inscrição colocada à entrada do mosteiro: “Era MCCXLVI, duodecimo Kal. Octobr. Rex Sanc. caep. aedif. Coenob. S. Trinit. & Hosp. cap.”

É do convento deste mosteiro trinitário <sup>5</sup> que procurarei dar uma panorâmica alargada no referente à identificação nominal dos componentes e respectivos cargos, e número de efectivos em cada ano <sup>6</sup>, no período compreendido entre 1208 e 1500, ou, para ser mais exacta, uma vista parcial configurada tão só pelos elementos recolhidos nas fontes documentais disponíveis <sup>7</sup>: um núcleo que não sofreu significativas alterações numéricas desde 1537, ano em que frei João de Marvila fez um levantamento do existente, à data, no cartório monástico <sup>8</sup>.

Para os limites cronológicos estabelecidos, foram as maioritárias fontes documentais administrativas, em que pontificam os contratos de locação, que proporcionaram o grosso dos elementos de trabalho <sup>9</sup>. Socorrendo-me

---

(Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade*, tomo I, pp. 122-123). A corroborar o ano parece estar uma doação de Sancho I, datada de Janeiro de 1208, de que não logrei encontrar o original e cujo mais antigo testemunho que obtive vem publicado em Manuel SANTA LUZIA, *Nobiliarquia Trinitária: Catálogo de Varões Ilustres em Letras, Virtudes e Nascimento, Filhos por Profissão da Ordem da Santíssima Trindade da Província de Portugal*, tomo I, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1766, pp. 22-24. O P<sup>o</sup> Ventura Ginart, historiador da Ordem, também faz remontar a 1208 os começos do mosteiro de Santarém (Ventura GINART GONZALEZ, *La Orden Trinitaria. Compendio Histórico de los Descalzos Trinitarios*, Córdoba, Salamanca, 1979, p. 52).

Opinião diversa tem Giulio Cipollone, que aponta o ano de 1213 como data possível, embora ele próprio coloque algumas reservas (Giulio CIPOLLONE, "Il Portogallo Punto Strategico dell'Opera di Riscatto dei Trinitari (XIII-XV)", p. 597, n. 22).

Era, para todos os efeitos, o mosteiro mais antigo de Santarém, se atendermos a uma sentença, favorável aos trinitários, dirimindo um pleito entre estes religiosos e os agostinhos sobre precedências nas procissões (T.T., *M.S.T.S.*, 2<sup>a</sup> inc., mç. 15, s/n<sup>o</sup>).

<sup>5</sup> Mosteiro da Santa Trindade de Santarém, assim o mencionam as fontes medievais.

<sup>6</sup> Abandonou-se qualquer intento prosopográfico adicional, por se revelar inexecutável, à dimensão comportada, assim como se pôs de lado o estudo das atribuições materiais e espirituais de cada cargo.

<sup>7</sup> Já alguns autores apontaram as dificuldades que advêm do estudo da estrutura interna de uma casa monástica medieval: o número de elementos que integravam a comunidade em cada momento e a forma como se organizavam (Luís Carlos AMARAL, *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária*, Lisboa, Cosmos, 1994, p. 148; José Manuel Henriques VARANDAS, *Monacato Feminino e Domínio Rural. O Património do Mosteiro de Santa Maria de Almoester no Século XIV*, Provas de Capacidade Científica e Aptidão Pedagógica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994, p. 33). Para se ter uma ideia desses obstáculos, consulte-se José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 640-897.

<sup>8</sup> B.N., cód. 7171.

<sup>9</sup> É de realçar que o autor da "Primeira Parte da Crónica da Sagrada Ordem da

das intitulações que integram os protocolos dos referidos contratos, mais ou menos detalhadas consoante o *modus faciendi* de cada tabelião, fiquei a saber o nome dos frades, reunidos em cabido <sup>10</sup>, e, por vezes, os respectivos cargos na comunidade.

Estas informações foram completadas ou reiteradas por dados menos substanciosos provenientes de outras fontes do mesmo teor, numericamente menos representativas, como os escambos, ou de outro, mas também minoritárias, como contratos de doação, testamentos e instrumentos judiciais, sem omitir a documentação emanada das chancelarias régias – que se vai enquadrando nalgumas das categorias atrás mencionadas – e papal.

Mas, nunca será demais sublinhar, o carácter parcial destes dados. Basta atender a que, entre a presumível data da fundação do mosteiro e 1323, se destacam extensos períodos em que a documentação é escassa ou inexistente; a partir daí começam a ser menores os hiatos, ainda que, logicamente, resulte sempre impossível a quantificação exacta de todos os actos jurídicos realizados à época, base deste trabalho <sup>11</sup>.

Santíssima Trindade (...)” já teve essa mesma percepção; lamentando o facto de, até à reforma da Província de Portugal, não ter havido o cuidado de se registarem as datas do início e cessação de funções dos Provinciais nas suas prelazias, refere que só pelas diversas escrituras “de aforamento e vendas e outras” firmadas durante os respectivos governos, era possível saber os seus nomes e o feito nas suas governações (T.T., *Manuscritos da Livraria*, nº 862, fl. 51 vº). Penso que tal descuido se possa ter estendido também aos ministros da casa de Santarém.

De todas as formas, apesar do esforço meritório deste e de outro antigo cronista trinitário, não fiz uso das listagens de ministros contidas nas respectivas prosas, excepto a mero título comparativo, por se terem revelado, imprecisas ou erróneas quando cotejadas com a documentação avulsa (v. Quadro II).

<sup>10</sup> Ou de boa parte deles, pois é frequente os tabeliães acrescentarem à nómima uma série de palavras do seguinte ou semelhante teor e outros freires e convento neste tempo presentes e residentes (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 8, nº 12) e outros frades do convento do dito mosteiro (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 8, nº 23).

<sup>11</sup> Atendendo a que o grosso do volume documental remanescente é constituído por fontes administrativas, para estas lacunas terão contribuído formas de gestão directa, a existência de acordos verbais ou, mesmo a falta de actividade contratual em algum que outro ano, nomeadamente nos primeiros cento e quinze anos da vida desta Casa monástica, assim como a possível organização do cartório no referente a contratos de arrendamento caducados e, no geral os descaminhos sofridos pela documentação, fruto da incúria administrativa de alguns ministros, algo que já referido por frei João de Marvila em 1537 (B.N., cód. 7171, fls. 1-1vº).

No entanto é de considerar também, noutra vertente, que a pervivência de um maior número de contratos do século XIV, nomeadamente a partir de meados do século, possa estar relacionado com a mobilidade, na terra e nos homens, provocada pelas pestes

No entanto apesar das limitações apontadas, e de outras que se irão explanando, só permitirem uma aproximação – em maior ou menor medida consentânea com a realidade – aos integrantes e estrutura da comunidade monástica em cada ano, ainda foi possível individualizar um total de duzentos e oitenta frades <sup>12</sup>. No conjunto da documentação aparecem discriminados doze cargos – ministro, vigário, prior, subprior, mestre de noviços, sacristão, mordomo, celeireiro, chaveiro, escrivão, procurador, comendador <sup>13</sup> – algumas vezes exercidos em regime de acumulação por um mesmo indivíduo <sup>14</sup>.

Procurei estabelecer graficamente os resultados obtidos <sup>15</sup>. Para isso, dispus por ordem alfabética os nomes encontrados atribuindo-lhes uma numeração sequencial (Quadro I), representada no eixo das ordenadas do diagrama (Diagrama I). No das abcissas figuram os anos correspondentes às três centúrias em estudo que, por razões de espaço, optei por concentrar num todo, diferenciando-as pela cor no corpo da quadrícula: cinzento claro para o século XIII, cinzento escuro e preto para o XIV e XV, respectivamente <sup>16</sup>.

---

e fomes (Maria Helena da Cruz COELHO, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*, vol. I, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 293) concomitante ao maior cuidado posto na conservação dos documentos, esforço particularmente notório nos finais do século XV e princípios do XVI (Iria GONÇALVES, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 187).

<sup>12</sup> Há que ressaltar uma certa margem de erro no total apresentado, resultante da existência de homónimos separados por períodos de alguns anos, não suficientemente alargados para dissipar dúvidas quanto à individualização de determinado frade. Nestes casos optei por atribuir uma identidade diferente para cada série contínua de menções. Tome-se como exemplo fr. André (II) (III) e (IV).

<sup>13</sup> Encontram-se cargos com iguais designações no convento do Mosteiro da Trindade de Lisboa (1458-1525), o que aliás seria de esperar para duas casas da mesma Ordem (Ivo Carneiro de SOUSA, *A Rainha da Misericórdia*, pp. 990-991).

<sup>14</sup> Um caso ilustrativo, entre outros, é Fr. Rodrigo (IV) (nº 265): desempenha funções de chaveiro e mordomo (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 8, nº 40), de sacristão e mordomo (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 6, nº 26) e de vigário, sacristão e mordomo (B.N., cód. 11348, fls. 6vº-7).

<sup>15</sup> Vejam-se os trabalhos de Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras nos Séculos XIV e XV”, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Patrimonia, Cascais, 1996, pp. 195-274 e Maria Filomena ANDRADE, *O Mosteiro de Chelas. Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*, Patrimonia, Cascais, 1996, pp. 130-135.

<sup>16</sup> Não sendo o objectivo do trabalho, o tipo de apresentação escolhido pôs em destaque, inadvertidamente, as modas onomástica s verificadas no âmbito da cronologia em

Assinalei de forma diferente cada um dos cargos anteriormente referidos, acrescentando outro sinal, representativo da não especificação de qualquer cargo por parte do tabelião de notas <sup>17</sup>. A sobreposição de símbolos indica acumulação de funções por parte de um mesmo frade, num mesmo ano <sup>18</sup>.

Para sabermos os efectivos anuais da comunidade monástica e respectiva organização, tal como ela se nos apresenta, basta seguir a vertical de determinado ano ao longo das sete páginas do diagrama e, nos pontos de intersecção com símbolos representativos de cargos, ver qual a numeração correspondente no eixo das ordenadas. Deste modo ficamos a conhecer a identidade dos frades, sendo o seu total em cada ano um mero exercício de aritmética, plasmado no Gráfico II.

Observando os resultados obtidos, pode pôr-se a hipótese de que, no século XIV, os parâmetros numéricos da população conventual efectiva <sup>19</sup>

---

estudo e a grande concentração de indivíduos em alguns poucos nomes, facto aliás comum à época (v. Iria GONÇALVES, "Antroponímia das Terras Alcobacenses nos Fins da Idade Média", *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 105-142; Idem, "Amostra de Antroponímia Alentejana do Século XV", *Imagens do Mundo Medieval*, pp. 69-104).

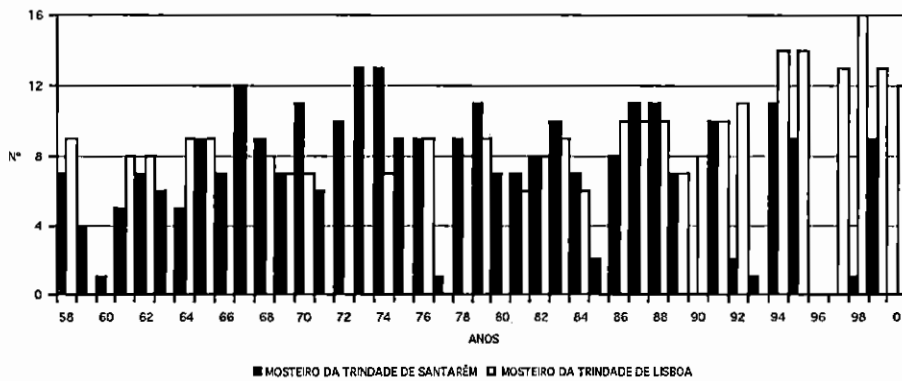
<sup>17</sup> Esta lacuna descritiva nem sempre é sinónimo do não exercício de um cargo. Tome-se como exemplo fr. Afonso de Mansilha (nº 15): num mesmo dia (17/11/1410) intervem como outorgante em dois contratos de locação; num deles, referem-se as suas funções de mordomo e chaveiro (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 6, nº 29), omitindo-se qual quer uma delas no outro (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 6, nº 30).

<sup>18</sup> Em casos não de todo infrequentes como o que se apresenta a seguir, e ainda dentro da mesma ordem de ideias da nota anterior, optei por omitir o símbolo da não especificação de funções, para evitar a sobrecarga do gráfico. Atenda-se pois à seguinte sequência verificada em 1442: fr. Rodrigo (IV), é referido em documentação de 16/02 e 15/04 como mordomo, sendo Afonso Martins e João Soares os respectivos tabeliães (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 8, nº 36 e nº 37). A 23 desse Abril, o tabelião Rodrigo Eanes não especifica qualquer cargo para o trinitário (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 8, nº 38), que volta a ser citado como mordomo numa escritura de um de Setembro, da lavra de Afonso Martins (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 8, nº 39). No terceiro dia desse mês, Martim Peres adcreve-lhe a mesma função e a de chaveiro (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 8, nº 40), a 21, Afonso Martins, só a de mordomo (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 9, nº 1), e a 16 de Dezembro, retoma-se a discriminação de chaveiro e mordomo pela mão de Álvaro Dias (T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 9, nº 3).

<sup>19</sup> A estante e a itinerante, uma vez que há que referir a dimensão de itinerância dos redentores trinitários que necessariamente deviam deslocar-se no exercício da sua tarefa apostólica primordial e na recolha de fundos que a permitissem, na divulgação da Ordem e sensibilização dos cristãos para a respectiva mensagem (Giulio CIPOLLONE, *Cristianità-Islam Cattività e Liberazione in Nome de Dio (...)*, p. 441).

oscilassem entre os doze e vinte indivíduos <sup>20</sup>. Os ecos de certas estreitezas <sup>21</sup> e agitação interna da família trinitária <sup>22</sup> em determinados momentos do século XV, fazem pensar na redução numérica do contingente monástico, facto quiçá dedutível do gráfico correspondente à centúria (Gráfico II) <sup>23</sup>, assim como da maior frequência de cargos acumulados em relação a Trezentos (Diagrama I). Um âmagão de comparação entre a comunidade escalabitana e lisboeta na segunda metade da centúria em causa, parece apontar para essa mesma tendência <sup>24</sup> (Gráfico I).

GRÁFICO I - EFECTIVOS CONVENTUAIS CONTABILIZADOS (1458-1500)



<sup>20</sup> Uma vez que as séries analisadas comportam tantas variáveis aleatórias, não suportariam um tratamento estatístico credível; por isso limitar-me-ei tão só a assinalar tendências possíveis.

<sup>21</sup> T.T., *Chancelaria de Afonso V*, livro 34, fl. 81 vº.

<sup>22</sup> António Domingues de Sousa COSTA, "Trinitários", *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 214; T.T., *M.S.T.S.*, 1ª inc., mç. 7, nº 18; T.T., *M.S.T.S.*, 2ª inc., lv. 14, fls. 46vº-56vº.

<sup>23</sup> Atendendo à muito menor massa documental do século XIV, parecem significativos os picos correspondentes a 1346, 1377, 1380, 1386, 1390 – possíveis indicadores da persistência de comunidades mais alargadas – contrastando com a maior homogeneidade e nivelamento intermédio verificados ao longo de Quatrocentos. Isto aliás parece ser corroborado pela superioridade numérica dos frades de Trezentos, relativamente aos da centúria seguinte, mesmo levando em linha de conta o referido na nota 12.

<sup>24</sup> Nota-se que a população conventual dos dois mosteiros não diverge significativamente, exceptuando os anos em que se verificam hiatos documentais.

Para estabelecer este paralelismo utilizei as listagens feitas por Ivo Carneiro de SOUSA, *A Rainha da Misericórdia na História da Espiritualidade em Portugal (...)*, pp.

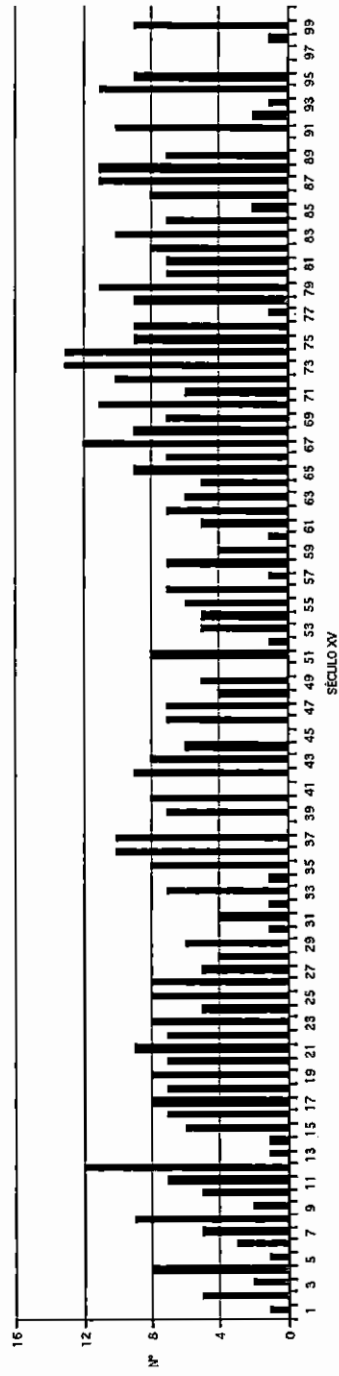
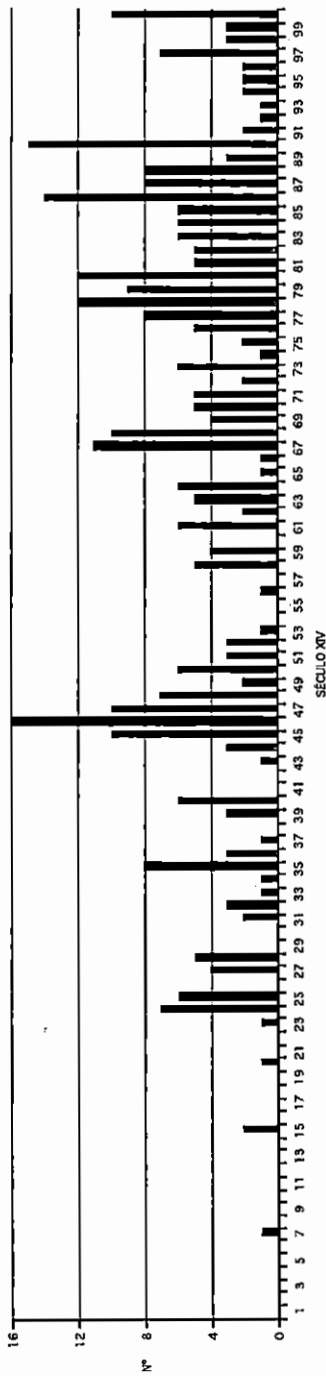
O século XV regista também, pelo geral, maiores períodos de permanência consecutiva dos frades no mosteiro <sup>25</sup>, imagem talvez de uma comunidade mais sedentarizada e menos operante. A utilização de dados referentes à Trindade de Lisboa permitiu ainda detectar a circulação de frades entre o mosteiro de Santarém e o da capital, entre 1458-1500, facto que terá sido comum na vida das duas casas com anterioridade à primeira das datas.

---

966-978 e 990-991, com base nos contratos de locação firmados pelo mosteiro lisboeta. Na mesma ordem de ideias do que fiz para Santarém, não contabilizei o Provincial, por ser um cargo geral não adscrito a uma determinada Casa.

<sup>25</sup> Não só atribuível ao maior volume de informação disponível para esta centúria, comparativamente à anterior.

GRÁFICO II - EFECTIVOS CONVENTUAIS CONTABILIZADOS  
 MOSTEIRO DA TRINDADE DE SANTARÉM



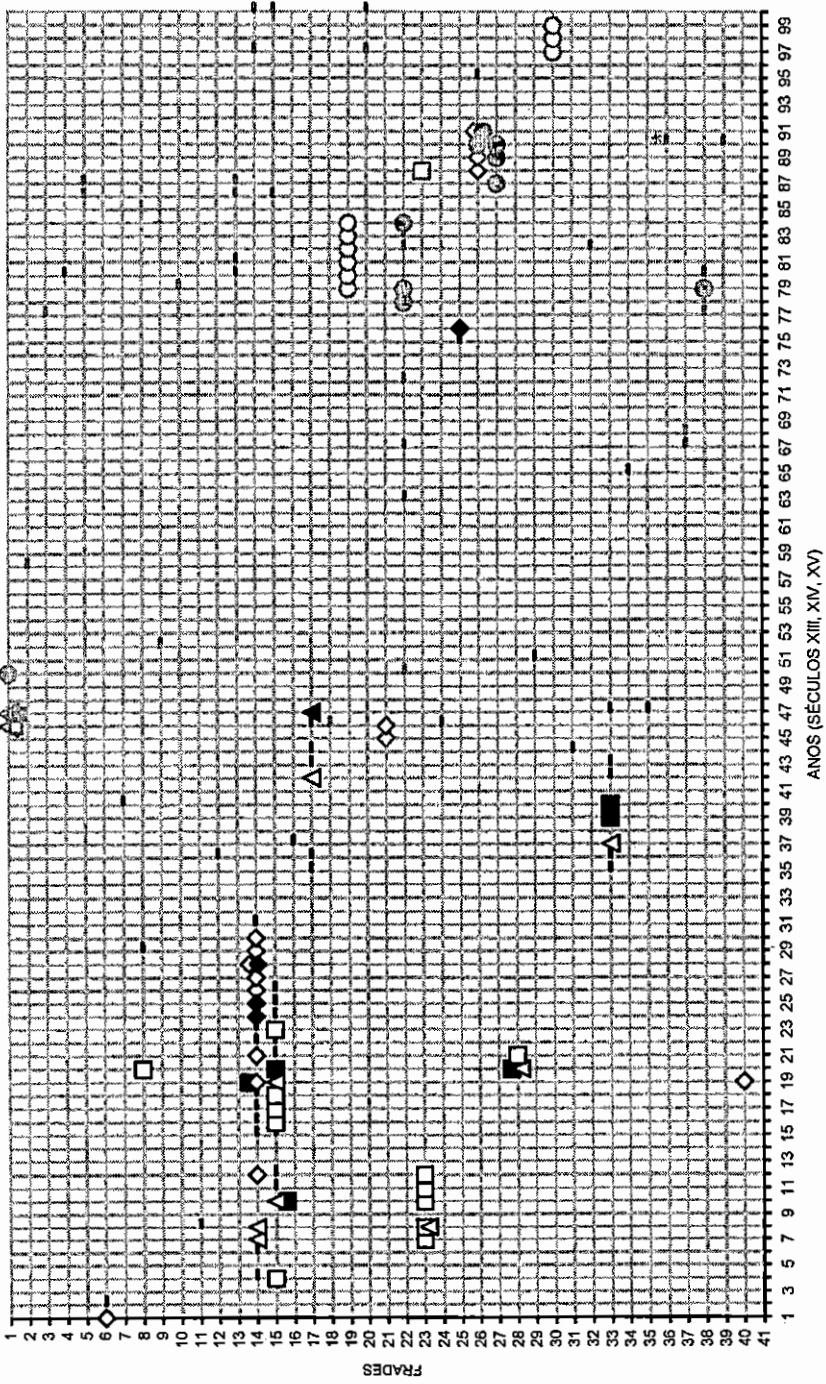
**QUADRO I - FRADES QUE INTEGRARAM O CONVENTO DO MOSTEIRO DA SANTA TRINDADE DE SANTARÉM (SÉCULOS XIII, XIV E XV)**

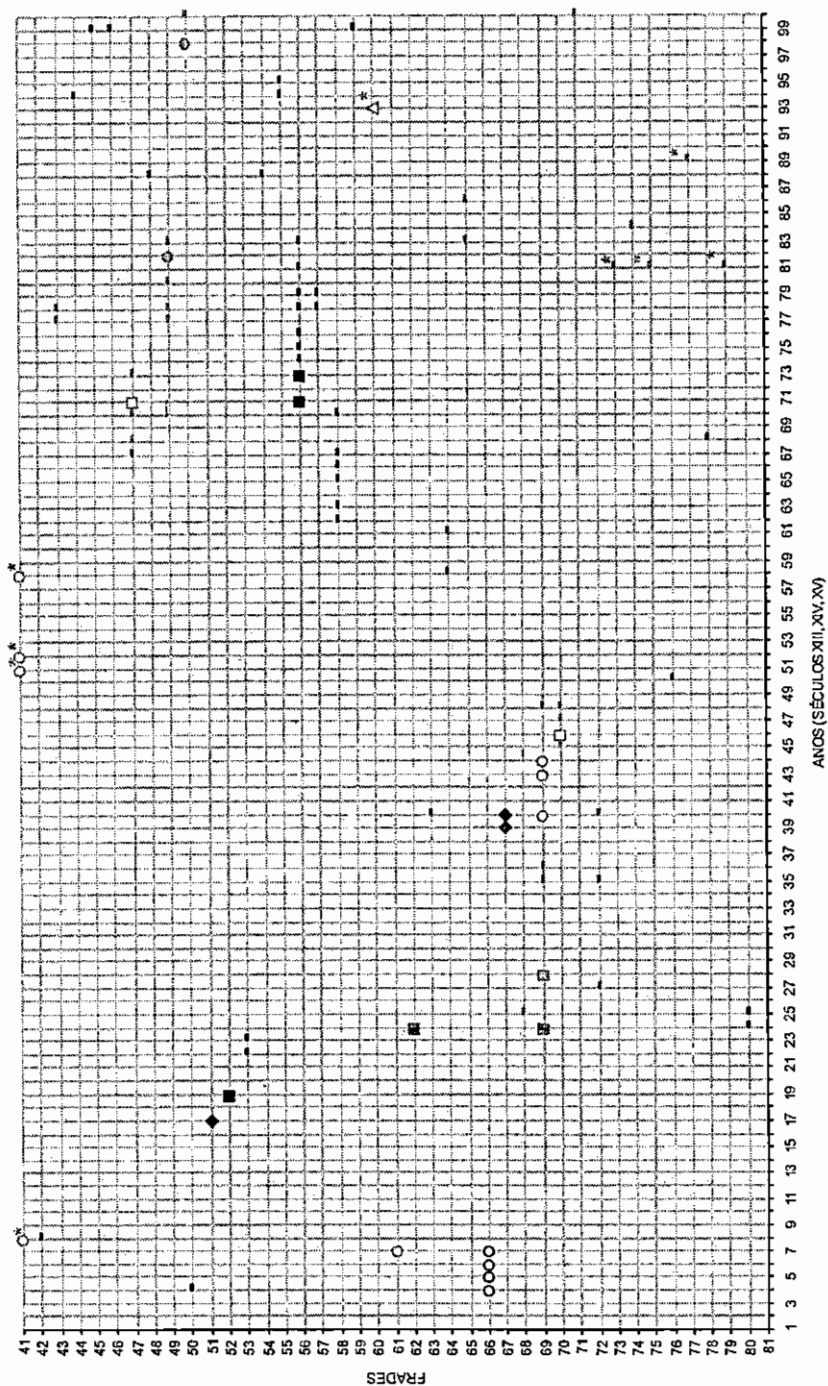
1. Afonso (I) (s. XIV)
2. Afonso (II) (s. XIV)
3. Afonso (III) (s. XIV)
4. Afonso (IV) (s. XIV)
5. Afonso (V) (s. XIV)
6. Afonso (VI) (s. XV)
7. Afonso Calvino (s. XIV)
8. Afonso Castelão (s. XV)
9. Afonso Cordoeiro (s. XIV)
10. Afonso da Sertã (s. XIV)
11. Afonso de Alprão (s. XV)
12. Afonso de Escócia (?) (s. XV)
13. Afonso de Estremoz (s. XIV)
14. Afonso de Guimarães (s. XIV / s. XV)
15. Afonso de Mansilha (s. XIV / s. XV)
16. Afonso de Montejunto (s. XV)
17. Afonso de Salamanca (s. XV)
18. Afonso de Santarém (I) (s. XIV)
19. Afonso de Santarém (II) (s. XIV)
20. Afonso de S. Martinho (s. XIV)
21. Afonso de S. Nicolau (s. XIV)
22. Afonso Guilhote (s. XIV)
23. Afonso Papa (s. XIV / s. XV)
24. Afonso Quixada (s. XIV)
25. Afonso Velho (s. XV)
26. Aires (s. XIV)
27. Álvaro (I) (s. XIV)
28. Álvaro (II) (s. XV)
29. Álvaro (III) (s. XV)
30. Álvaro de Castro (s. XIV)
31. Álvaro de Évora (s. XV)
32. Álvaro de Lisboa (s. XIV)
33. Álvaro de Oliveira (s. XV)
34. Álvaro de Vila Nova (s. XV)
35. Álvaro Martins (s. XV)
36. André (I) (s. XIII)
37. André (II) (s. XIV)
38. André (III) (s. XIV)
39. André (IV) (s. XIV)
40. André (V) (s. XV)
41. André de Claramont (s. XIII)
42. André de Lisboa (s. XV)
43. Antão (s. XIV)
44. António (s. XV)
45. António Castelhana (s. XV)
46. António Folgado (s. XV)
47. Bartolomeu (s. XIV)
48. Dinis (s. XV)
49. Diogo (I) (s. XIV)
50. Diogo (II) (s. XIV / s. XV)
51. Diogo (III) (s. XV)
52. Diogo (IV) (s. XV)
53. Diogo (V) (s. XV)
54. Diogo (VI) (s. XV)
55. Diogo, criado de fr. Martinho (s. XV)
56. Diogo de Évora (s. XV)
57. Diogo de Ourém (s. XV)
58. Diogo de Tomar (s. XV)
59. DiogoVieira (s. XV)
60. Domingos (I) (s. XIII)
61. Domingos (II) (s. XIV)
62. Domingos (III) (s. XIV)
63. Domingos (IV) (s. XIV)
64. Domingos (V) (s. XIV)
65. Domingos (VI) (s. XIV)
66. Domingos (VII) (s. XV)
67. Domingos (VIII) (s. XV)
68. Domingos Afonso (s. XIV)
69. Domingos Alfanxio (s. XIV)
70. Domingos, criado de Pero Afonso (s. XIV)
71. Domingos de Córdova (s. XIV)
72. Domingos de Leiria (s. XIV)
73. Domingos de Monção (s. XIII)
74. Domingos de Sevilha (s. XIV)
75. Domingos Gil (s. XIII)
76. Domingos Leigo (s. XIV)
77. Domingos Peres (s. XIII)
78. Domingos Rodrigues (s. XIV)
79. Domingos Viegas (s. XIII)
80. Duarte (s. XV)
81. Estêvão (I) (s. XIII)
82. Estêvão (II) (s. XIV)
83. Estêvão (III) (s. XIV)
84. Estêvão (IV) (s. XV)
85. Estêvão (V) (s. XV)
86. Estêvão Barbas (s. XIV)
87. Estêvão da Ponte (s. XIV)

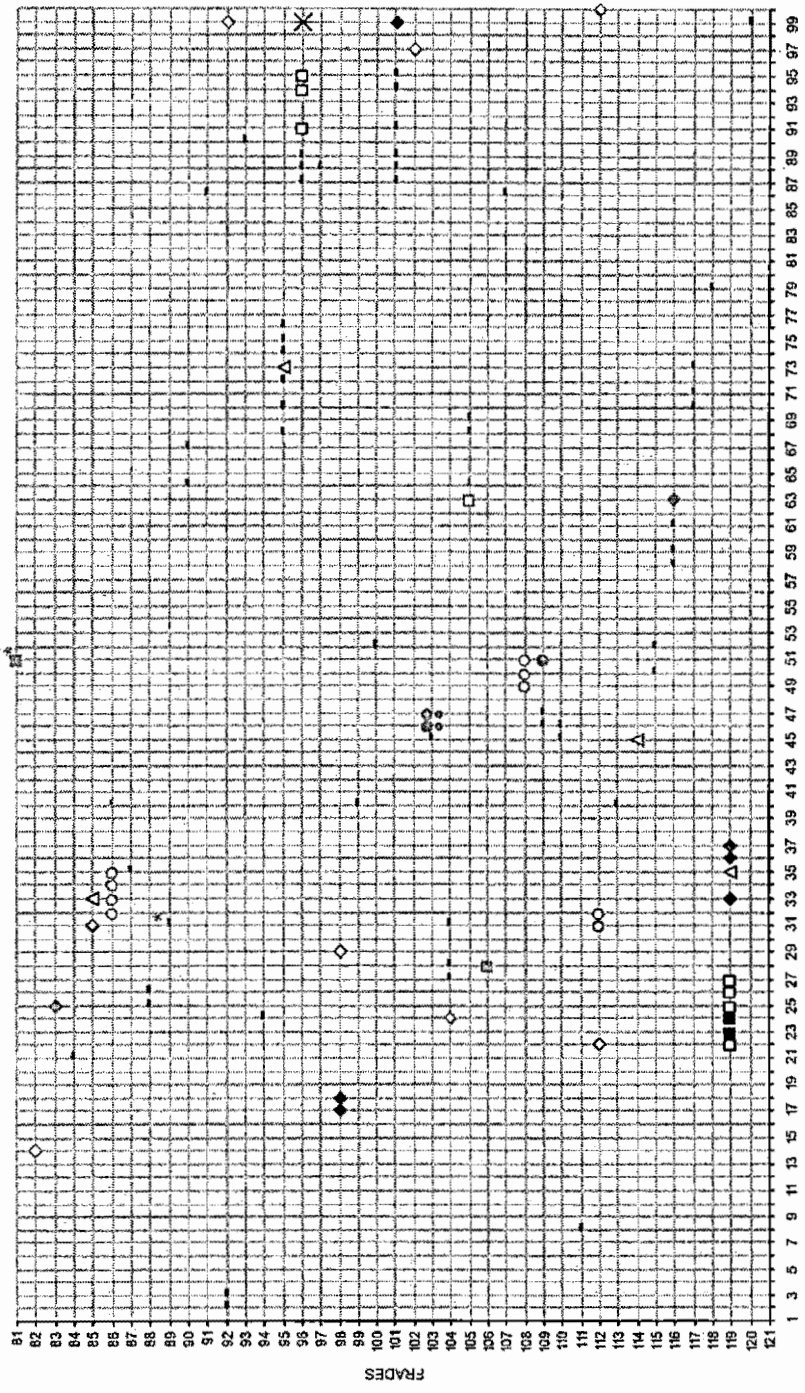
88. Estêvão Dinis (s. XV)  
 89. Félix (s. s. XIII)  
 90. Fernando (I) (s. XIV)  
 91. Fernando (II) (s. XIV)  
 92. Fernando (III) (s. XIV / s. XV)  
 93. Fernando de Aldeia Galega da Mercena (s. XIV)  
 94. Fernando de Basto (s. XV)  
 95. Fernando de Évora (s. XV)  
 96. Fernando de Matos (s. XV)  
 97. Fernando de Santarém (I) (s. XIV)  
 98. Fernando de Santarém (II) (s. XV)  
 99. Fernando do Restelo (s. XV)  
 100. Fernando, licenciado (s. XV)  
 101. Fernando Sobrinho (s. XV)  
 102. Fernão Lopes (s. XIV)  
 103. Fernão Martins (s. XIV)  
 104. Fernão Peres (s. XIV)  
 105. Filipe (s. XIV)  
 106. Geraldo (s. XIV)  
 107. Gil (I) (s. XIV)  
 108. Gil (II) (s. XIV)  
 109. Gil de Lisboa (s. XIV)  
 110. Gomes (I) (s. XIV)  
 111. Gomes (II) (s. XV)  
 112. Gomes Martins (s. XIV / s. XV)  
 113. Gonçalo (I) (s. XIV)  
 114. Gonçalo (II) (s. XIV)  
 115. Gonçalo (III) (s. XIV)  
 116. Gonçalo (IV) (s. XIV)  
 117. Gonçalo (V) (s. XIV)  
 118. Gonçalo (VI) (s. XIV)  
 119. Gonçalo (VII) (s. XV)  
 120. Gonçalo de Badajoz (s. XV)  
 121. Gonçalo de S. Nicolau (s. XIV)  
 122. Gonçalo de S. Salvador (s. XIV)  
 123. Gregório (s. XV)  
 124. Guilherme (s. XIV)  
 125. João (I) (s. XIII)  
 126. João (II) (s. XIII)  
 127. João (III) (s. XIV)  
 128. João (IV) (s. XIV)  
 129. João (V) (s. XIV)  
 130. João (VI) (s. XIV)  
 131. João (VII) (s. XIV)  
 132. João Afonso (s. XIV / s. XV)  
 133. João Asturiano (s. XIV)  
 134. João, clérigo de missa (s. XIII)  
 135. João Coelho (s. XV)  
 136. João da Pedreira (s. XIV)  
 137. João da Ribeira (s. XV)  
 138. João de "Abresos" (s. XV)  
 139. João de Alcochete (s. XV)  
 140. João de Alcoutim (s. XV)  
 141. João de Alprão (I) (s. XIV)  
 142. João de Alprão (II) (s. XV)  
 143. João de Alvito (I) (s. XIV)  
 144. João de Alvito (II) (s. XIV)  
 145. João de Alvito (III) (s. XV)  
 146. João de Alvito (IV) (s. XV)  
 147. João de Anços (s. XIV)  
 148. João de Arévalo (s. XV)  
 149. João de Barreto (s. XIV)  
 150. João de Braga (s. XIV)  
 151. João de Burgos (s. XV)  
 152. João de Carnide (s. XIV)  
 153. João de Coína (s. XV)  
 154. João de Erra (s. XV)  
 155. João de Évora (s. XV)  
 156. João de Lisboa (s. XV)  
 157. João de Marvila (s. XV)  
 158. João de Pedroso (s. XV)  
 159. João de Rio Maior (s. XV)  
 160. João de Sta. Justa (s. XV)  
 161. João de Santarém (s. XIV)  
 162. João de Sto. Estêvão (s. XV)  
 163. João de S. Cristovão (I) (s. XIV)  
 164. João de S. Cristovão (II) (s. XV)  
 165. João de S. Domingos (s. XIV)  
 166. João de S. Gil (s. XIV)  
 167. João de S. Lourenço (s. XIV)  
 168. João de S. Nicolau (s. XV)  
 169. João de S. Pedro (s. XIV)  
 170. João de S. Salvador (s. XV)  
 171. João de Sousa (s. XIV)  
 172. João de Toledo (s. XIV)  
 173. João de "Vilhes" (s. XV)  
 174. João de [...] (s. XV)  
 175. João do Monte (s. XV)  
 176. João do Restelo (I) (s. XV)  
 177. João do Restelo (II) (s. XV)  
 178. João Domingues (I) (s. XIII)  
 179. João Domingues (II) (s. XIV)  
 180. João Martins (s. XIII)  
 181. João Mendes (s. XIII)  
 182. João Miguéis (s. XIII)  
 183. João Navarro (s. XIII)  
 184. João Pais (s. XIII)

185. João Peres (I) (s. XIII)  
 186. João Peres (II) (s. XV)  
 187. João Ramos (s. XV)  
 188. João Rico (s. XIV)  
 189. João Trigo (s. XIV)  
 190. Jorge Leigo (s. XIV)  
 191. Justo (s. XIV)  
 192. Lourenço (I) (s. XIV)  
 193. Lourenço (II) (s. XIV)  
 194. Lourenço (III) (s. XIV)  
 195. Lourenço (IV) (s. XV)  
 196. Lourenço de Santarém (s. XIV)  
 197. Lourenço Martins (s. XIV)  
 198. Lourenço Portas (s. XV)  
 199. Luís (s. XIV)  
 200. Luís da Pedreira (s. XIV / s. XV)  
 201. Luís de Sintra (s. XIV / s. XV)  
 202. Marcos (s. XIV)  
 203. Martim Caramalós (s. XIII)  
 204. Martim de Alvito (s. XIV)  
 205. Martim de Castro (s. XIV)  
 206. Martim de Trancoso (s. XV)  
 207. Martim Domingues (s. XIV)  
 208. Martim Fernandes (I) (s. XIII)  
 209. Martim Fernandes (II) (s. XIV)  
 210. Martim Gonçalves (s. XIV)  
 211. Martim Vasques (s. XIII)  
 212. Martinho (I) (s. XIII)  
 213. Martinho (II) (s. XIV)  
 214. Martinho (III) (s. XIV)  
 215. Martinho (IV) (s. XIV)  
 216. Martinho (V) (s. XIV)  
 217. Martinho (VI) (s. XV)  
 218. Mateus (s. XIV)  
 219. Mendo (s. XIV)  
 220. Miguel (s. XIII)  
 221. Ordonho (s. XIII)  
 222. Paio (s. XIII)  
 223. Paio Domingues (s. XIII)  
 224. Pascoal Martins (s. XIV)  
 225. Paulo (s. XIII)  
 226. Pedro (I) (s. XIII)  
 227. Pedro (II) (s. XIV)  
 228. Pedro (III) (s. XIV)  
 229. Pedro (IV) (s. XIV)  
 230. Pedro (V) (s. XV)  
 231. Pedro (VI) (s. XV)  
 232. Pedro (VII) (s. XV)  
 233. Pedro (VIII) (s. XV)  
 234. Pedro (IX) (s. XV)  
 235. Pedro (X) (s. XV)  
 236. Pedro Castelão (s. XV)  
 237. Pedro Castelhana (s. XV)  
 238. Pedro Cordovês (s. XV)  
 239. Pedro da Pedreira (s. XV)  
 240. Pedro de Atouguia (s. XIV)  
 241. Pedro de Benavente (s. XIV)  
 242. Pedro de Évora (s. XV)  
 243. Pedro de Jimena (s. XV)  
 244. Pedro de Lemos (s. XV)  
 245. Pedro de Monte de Trigo (s. XIV)  
 246. Pedro de Pastrana (s. XIV)  
 247. Pedro de Santarém (s. XV)  
 248. Pedro de Sto. Espírito (s. XV)  
 249. Pedro de Santos (s. XV)  
 250. Pedro de Saragoça (s. XIII)  
 251. Pedro de Vale de Donas (s. XIV)  
 252. Pedro de Vila Real (s. XV)  
 253. Pedro do Porto (s. XV)  
 254. Pedro Gonçalves (s. XIII)  
 255. Pedro Guterres (s. XIV)  
 256. Pedro Juliães (s. XIII)  
 257. Pedro Lourenço (s. XIV)  
 258. Pedro Nunes (s. XV)  
 259. Pedro Pão e Água (s. XV)  
 260. Pedro Pregador (s. XV)  
 261. Pedro Rijo (s. XV)  
 262. Rodrigo (I) (s. XIV)  
 263. Rodrigo (II) (s. XV)  
 264. Rodrigo (III) (s. XV)  
 265. Rodrigo (IV) (s. XV)  
 266. Rodrigo (V) (s. XV)  
 267. Rodrigo (VI) (s. XV)  
 268. Rodrigo de Évora (s. XV)  
 269. Rodrigo, doutor (s. XV)  
 270. Salvador (s. XIV)  
 271. Vasco (I) (s. XIII)  
 272. Vasco (II) (s. XIV)  
 273. Vasco (III) (s. XIV)  
 274. Vasco de Guimarães (s. XV)  
 275. Vasco de Pias (s. XV)  
 276. Vasco Pregador ou de Valverde (s. XV)  
 277. Vasco Soudo (s. XIV / s. XV)  
 278. Vicente (I) (s. XV)  
 279. Vicente (II) (s. XIV)  
 280. [...] de Montemor-o-Novo (s. XIV)

DIAGRAMA I  
 FRADES QUE INTEGRARAM O CONVENTO DO MOSTEIRO DA SANTA TRINDADE DE SANTARÉM  
 NOS SÉCULOS XIII, XIV E XV



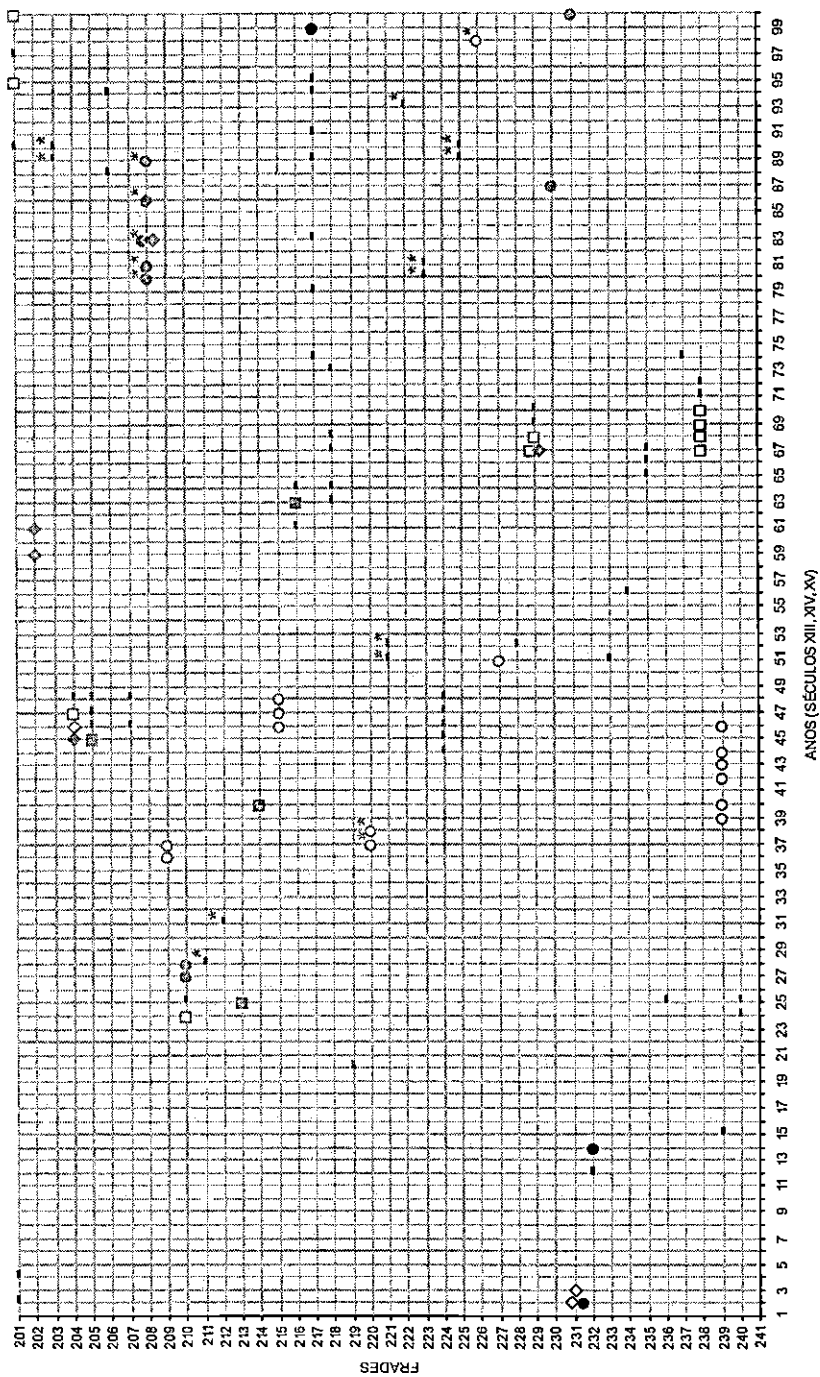


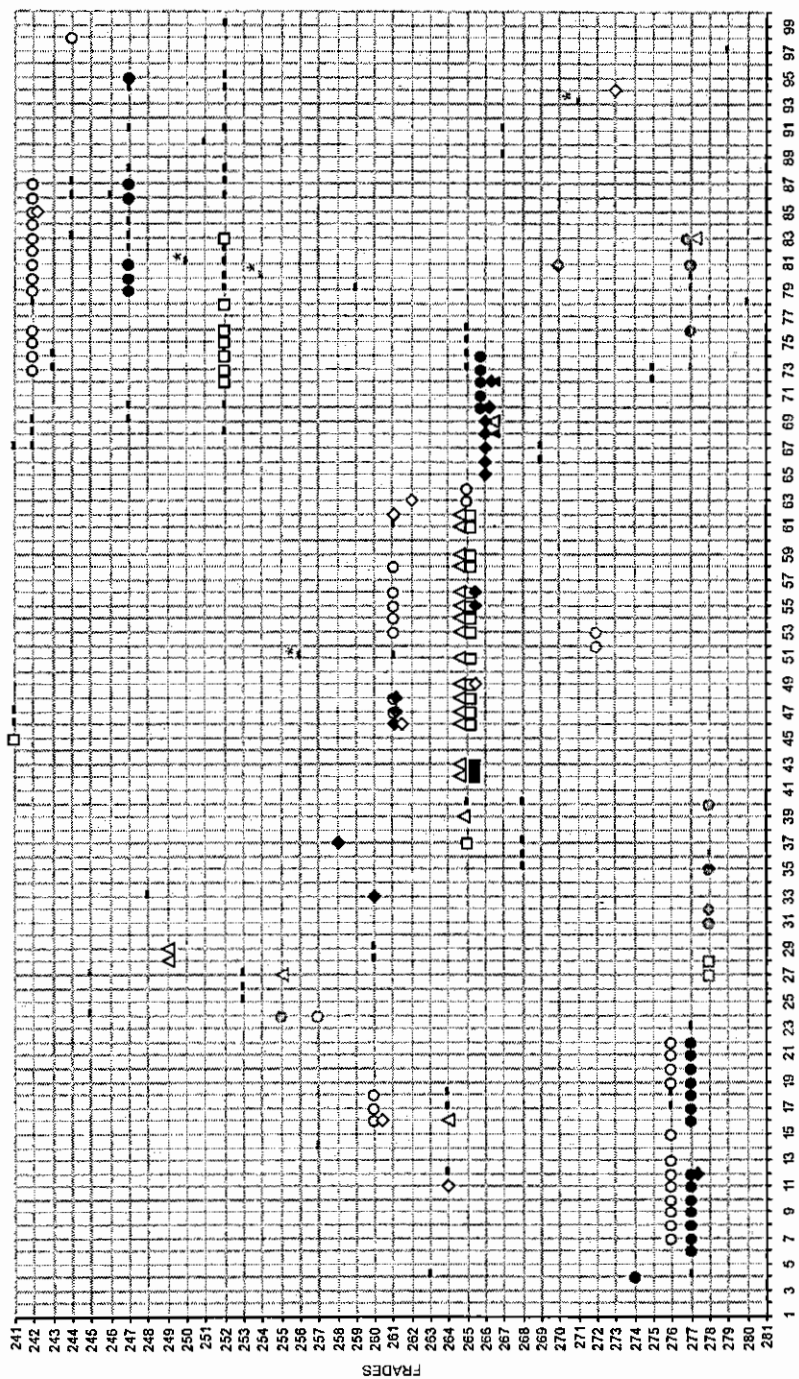


ANOS (SÉCULOS XIII, XIV, XV)









ANOS (SÉCULOS XIII, XIV, XV)

**LEGENDA DO DIAGRAMA I - FRADES QUE INTEGRARAM O CONVENTO DO  
 MOSTEIRO DA SANTA TRINDADE DE  
 SANTARÉM NOS SÉCULOS XIII, XIV, XV**

■* S. XIII	▲ Mestre de Noviços
■ S. XIV	□ Sacristão
■ S. XV	△ Mordomo
○ Ministro	■ Chaveiro
◆ Vigário	▲ Celeireiro
◆ Comendador	✕ Escrivão
● Prior	◇ Procurador
● Subprior	- Sem cargo indicado

QUADRO II - MINISTROS

Documentação compulsada		T.T., <i>Manuscritos da Livraria</i> , nº 862 <sup>1</sup>		<i>Historia Chronologica...</i> <sup>2</sup>	
Data	Nome	Data	Nome	Data	Nome
1208	Fr. André [de Claramont]		Fr. André de Claramont	1208	Beato Fr. André de Claramont
1237-1238	Fr. Miguel	±1253-±1274	Fr. Miguel	1252	Fr. Miguel Rebolo
1251	Fr. André				
1269-1293	Fr. João Navarro	1274-±1296 1296	Fr. João Navarro Fr. Martinho Eanes	1274 1296	Fr. João Navarro Fr. Martinho João
1298	Fr. Pedro				
1307	Fr. Domingos				
1324	Fr. Pedro Lourenço	1323	Fr. Pedro Lourenço	1323	Fr. Pedro Lourenço
1327-1331	Fr. Fernão Peres	±1331	Fr. Fernando Peres		
1332-1335	Fr. Estêvão Barbas			1335	Fr. Estêvão
1336-1337	Fr. Martin Fernandes	±1338	Fr. Martinho Fernandes	1338	Fr. Martinho Fernandes
1340-1344	Fr. Domingos Alfanxio	±1343	Fr. Domingos I	1343	Fr. Domingos I
1346-1348	Fr. Martinho				
1349-1351	Fr. Gil			1349 .....	Fr. Gil Fr. Fernando
1351	Fr. Pedro				
1352-1353	Fr. Vasco				
1356-1375	Fr. Lourenço de Santarém <sup>3</sup>	±136[...]	Fr. Lourenço	1360	Fr. Lourenço
1375-1378	Fr. João de Anços				
1379-1384	Fr. Afonso de Santarém	±1376	Fr. Afonso de Santarém	1370	Fr. Afonso de Santarém
1385-1396	Fr. João de Anços	±1389	Fr. João de Anços	1378	Fr. João de Anços
1397	Fr. Álvaro [de Castro]	±1394(?)	Fr. Álvaro	1398	Fr. Álvaro de Castro
1398	Fr. João de Anços				
1398-1399	Fr. Álvaro [de Castro]				
1400-1402	Fr. João Afonso				
1404-1407	Fr. Domingos	±1400	Fr. Domingos II	1403	Fr. Domingos II
1407-1415	Fr. Vasco Pregador <sup>4</sup>	±1407	Fr. Vasco	1407	Fr. Vasco
1416	Fr. Pedro Pregador				
1418	Fr. Pedro, que se diz ministro do MST <sup>5</sup>				
1419-1422	Fr. Vasco Pregador (ou de Valverde)				
1425-1429	Fr. João do Restelo				
1431	Fr. Gomes	1416	Fr. Gomes Martins	1416	Fr. Gomes Martins
		±1437	Fr. Álvaro II	1437	Fr. Álvaro II
1439-1446	Fr. Pedro da Pedreira <sup>6</sup>	1447	Fr. Pedro da Pedreira	1442	Fr. Pedro da Pedreira
		1451	Fr. Vasco de Valverde	1450	Fr. Vasco de Valverde
1447-1458	Fr. Pedro Rijo <sup>7</sup>	1453	Fr. Pedro Rijo	1453	Licenciado Fr. Pedro Rijo
		1455	Fr. Diogo	1455	Fr. Diogo
1459-1462	Fr. João da Ribeira	1460	Fr. João da Ribeira	1460	Licenciado Fr. João da Ribeira
1463-1464	Fr. Rodrigo	±1463	Fr. Rodrigo	1463	Fr. Rodrigo
1465-1473	Fr. João de Évora				
1473-1476	Fr. Pedro de Évora	± 1473	Fr. Pedro de Évora	1473	Fr. Pedro de Évora
1478	Fr. João da Ribeira				
1479-1487	Fr. Pedro de Évora				
1487	Fr. Gregório [de Sequeira] <sup>8</sup>	±1491	Fr. Gregório	1491	Bacharel Fr. Gregório
1487	Fr. João Ramos, comissário pelo Reverendo Padre Geral da Ordem da Trindade				
1488-1495	Fr. Gregório de Sequeira, bacharel /licenciado em Teologia <sup>9</sup>				
1498	Fr. Pedro de Lemos	1499	Fr. Pedro de Lemos	1499	Fr. Pedro de Lemos

<sup>1</sup> T.T., *Manuscritos da Livraria*, nº 862, fls. 185<sup>v</sup>-191. Crónica manuscrita.

<sup>2</sup> Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade*, Tomo I, pp. 150-151.

<sup>3</sup> O designativo vem referido em T.T., *M.S.T.S.*, 1<sup>a</sup> inc., mç. 3, n<sup>o</sup> 43.

<sup>4</sup> Ou de Valverde.

<sup>5</sup> É de todo provável que seja o mesmo ministro referido em 1416.

<sup>6</sup> "Pireira" (T.T., *M.S.T.S.*, 1<sup>a</sup> inc., mç. 9, n<sup>o</sup> 6; 01/05/1443); "Pederneira" (T.T., *M.S.T.S.*, 1<sup>a</sup> inc., mç. 9, n<sup>o</sup> 10; 09/01/1446).

<sup>7</sup> Licenciado em Santa Teologia.

<sup>8</sup> Bacharel. O apelido do ministro é referido em T.T., *M.S.T.S.*, IV, 14, fls. 45<sup>v</sup>-46.

<sup>9</sup> A partir de 01/11/1488 (B.N., cód. 11348, P.L.P.V., fls. 33-34) é sempre nomeado como licenciado em Teologia.